

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: a implantação e a implementação do programa Reuni em 2008 na UFG

Osmar Gonçalves de Oliveira¹

Cláudia Regina Rosal Carvalho²

Flávia Rezende Campos³

Daiana Paula Pimenta⁴

RESUMO

Este trabalho apresenta elementos para compreender a efetividade das políticas públicas na educação superior, tendo como recorte analítico o Programa de Restruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI na Universidade Federal de Goiás- UFG. O objetivo norteador foi analisar como se deu o processo de implantação do referido Programa e verificar as mudanças ocorridas, a partir de sua implementação, em 2008, na expansão física, acadêmica e pedagógica da supracitada IES. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, do tipo estudo de caso, realizado entre os meses de novembro de 2017 a janeiro de 2018. Os dados levantados e analisados no presente estudo evidenciam, êxito na implementação do Programa REUNI na UFG, bem como revelou que as metas iniciais estabelecidas na proposta enviada ao referido Programa foram cumpridas.

211

Palavras-chave: Política Pública; Programa REUNI; UFG.

¹ Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Goiás.

² Professora de Economia da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Ciências Ambientais pela UFG.

³ Professora de Economia da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Geografia pela UFG.

⁴ Professora de Administração da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Administração pela UNB.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se discutir e compreender como se deu efetivamente a implementação do Programa REUNI e seus desdobramentos, enquanto política setorial de educação superior, na UFG.

Esta necessidade analítica, deu-se em função da luta histórica pela democratização do acesso à educação superior e pelo déficit de oferta de vagas nas instituições públicas, ao longo dos séculos, possibilitando ascender, ao ensino gratuito e de qualidade, apenas à elite (LOPES, 2015).

Alicerçado neste contexto histórico, que a universidade brasileira, a partir da década de 1990 inicia paulatinamente sua expansão, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB em 1996, em seguida, na primeira década dos anos 2000, o debate ganhou força e passa a dominar “ [...] vários espaços na política, na gestão e na sociedade, mesmo que sujeita a embates de grupos de poder dentro e fora do governo e a interesses contraditórios” (LOPES, 2015, p.14). Um dos documentos frutos deste cenário foi as Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura.

Em seguida destacam-se os investimentos do setor público, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso e legitimado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de financiamento e programas sociais (LOPES, 2015), ou seja, políticas públicas setoriais na educação superior.

Isto porque, uma das tarefas do Estado contemporâneo é formular políticas públicas através de ações planejadas, seja no campo da saúde, da segurança pública, do meio ambiente, da habitação, da educação e/ou vários outros segmentos sociais que carecem de

ações articuladas para o enfrentamento de problemas de ordem social, econômico, político e cultural.

A definição de políticas públicas consiste em estratégias governamentais para a solução de problemas, de um determinado setor ou público (SOUZA, 2006). Nessa perspectiva, a política pública iniciou no âmbito governamental “como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências” (SOUZA, 2006, p.22).

O papel das políticas públicas na sociedade brasileira é extremamente significativo, porque além de impulsionar o desenvolvimento econômico, de influenciar o setor político e consequentemente as decisões governamentais, promove a inclusão social, portanto, repercute diretamente na vida em sociedade.

Isso demonstra que o tema política pública não se restringe ao campo das Ciências Políticas, mas dialoga com a Sociologia e a Economia. Por este motivo há várias formas de defini-la, e dentre as existentes destaca-se “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” (SOUZA, 2006, p.07). Em outras palavras perpassa por um acompanhamento avaliativo, como por exemplo, se as intervenções estatais estão de fato alcançando as metas estabelecidas.

E ainda, a política pública envolve diversos elementos como: o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; os vários atores e níveis de decisão; é uma ação intencional com objetivos a serem alcançados; E embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; E implica implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2006, p.7) as políticas públicas, após “desenhadas e formuladas, desdobram- se em planos, programas, [...] Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação”.

Nesse viés, busca-se, através do instrumento de avaliação verificar como foi a implantação e implementação do Programa REUNI em 2008 na UFG, entendido como uma política pública setorial, de educação superior. Tendo como referência uma das prerrogativas do Plano Nacional de Educação – PNE é “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% [...] assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014, p.73).

Desse modo as políticas públicas desempenham importante papel para alavancar, ampliar significativamente o número de vagas na educação superior, bem como viabilizar o acesso dos jovens ao ensino superior no país.

214

E o período compreendido entre 2002 a 2012 foram momentos férteis em que o governo federal realizou incentivos ao ensino superior no Brasil, e dentre os Programas destacam-se: Programa Universidade para Todos-PROUNI, Sistema de Seleção Unificada - SISU, a Reestruturação e Expansão da Rede Pública Federal - REUNI e a Universidade Aberta do Brasil - UAB que foram ações e projetos que ampliaram significativamente o número de vagas na educação superior e ao mesmo tempo viabilizaram o acesso dos jovens à educação superior no país.

Assim, é fundamental compreender o processo de implementação, por constituir uma das fases de política pública. Ou seja, conceber como se articulou na execução, o Programa REUNI na UFG é de certa forma avaliar, se as metas propostas foram alcançadas, ou seja, se teve eficácia, de fato, no âmbito da educação superior. Como adverte

Arretche (1996, p.34) “A avaliação da eficácia é seguramente a mais usualmente aplicada nas avaliações correntes de políticas públicas. [...]. A maior dificuldade consiste na obtenção e confiabilidade das informações obtidas”.

Dessa forma, emerge o seguinte questionamento: como foi articulada a implantação e a implementação, em 2008, do Programa REUNI, entendido como política pública setorial, bem como sua efetivação na UFG? Este viés indagativo deu-se da necessidade de investigar e analisar como se encadeou este processo, visto que há poucos estudos científicos que o aborde.

E os objetivos norteadores deste estudo são: Analisar como se deu o processo de implantação do REUNI na UFG; Verificar as mudanças ocorridas, a partir da implementação, em 2008, do REUNI, na expansão física, acadêmica e pedagógica da UFG.

O interesse por esta temática surgiu a partir das discussões problematizadas pela disciplina *Formulação de Políticas Públicas*, promovida pelo Mestrado Profissional em Administração Pública-PROFIAP, que impulsionaram em conhecer como o REUNI impactou o ensino superior nas instituições públicas de federais, em particular a UFG, e ao mesmo tempo, questionar se o aumento de vagas ofertado na graduação, em função do Programa, remete/garante necessariamente a democratização do ensino, bem como, a oportunidade de acesso e permanência, e ainda, diminui a desigualdade social no país, como preconiza o REUNI.

Para realizar a análise dos dados encontrados, este estudo se configurou como uma pesquisa bibliográfica (livros da área, revistas científicas, periódicos especializados, legislação sobre educação superior e etc.) e documental, realizado entre os meses de novembro de 2017 a janeiro/2018, teve como objeto de estudo, as políticas

públicas setoriais na educação, e o recorte analítico o Programa REUNI na UFG.

Este artigo está ordenado pelas seções seguintes que apresentam vertentes para a análise de políticas públicas no ensino superior, enfocando os aspectos epistemológicos, os resultados e discussão, e por fim, as considerações finais.

2 POLÍTICA PÚBLICA E SEU IMPACTO SETORIAL

A discussão e o interesse sobre a temática política pública, no Brasil, são recentes (ARRETCHE, 1996, 2003; SOUZA, 2003, 2006; CAPELLA, 2006), e está relacionado às mudanças ocorridas nos últimos anos, como a inovação e experimentação em programas governamentais (ARRETCHE, 2003).

Dessa forma, a preocupação nas análises em políticas públicas é decorrente de vários fatores, como: o relacionado à política restritiva de gastos, consequentemente a necessidade de orçamentos equilibrados por partes dos governos, e por fim, pela dificuldade em pensar, o referido tema, articulado ao desenvolvimento econômico e no enfrentamento da desigualdade social (SOUZA, 2003).

Paralelamente, enquanto objeto de pesquisa – política pública - se configura como um campo holístico (política, filosofia, psicologia, sociologia e economia) que comporta vários olhares teóricos e metodológicos. Dessa forma, possui várias interpretações, dentre elas: “como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas” (SOUZA, 2006, p.12). Nessa mesma linha Lynn (SOUZA, 2006, p.12) enfatiza a política pública como “um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Mas, a mais recorrente é a definição de Laswell (1958 apud SOUZA, 2006, p.12) destaca que comprendê-

la perpassa pelas questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz".

Todavia, a formulação de política pública, não se restringe ao âmbito governamental, mas perpassa por outros segmentos, como "grupos de interesse, movimentos sociais, agências multilaterais" (SOUZA, 2003, p.15).

No que se referem à teorização, vários modelos explicativos foram desenvolvidos "para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos" (SOUZA, 2003, p.15). Dentre eles, a literatura neo-institucionalista que enfatiza "a importância crucial das instituições para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas" (SOUZA, 2003, p.16). O neo-institucionalista possui vários ramos, como: a) a teoria da escolha racional; b) o institucionalismo histórico; e c) o institucionalismo estruturalista. A primeira nega os mitos propostos pela teoria pluralista (interesses individuais gerariam ação coletiva; a ação coletiva produz necessariamente bens coletivos). Já as duas últimas "as instituições moldam as definições dos decisores [...]. O cálculo estratégico daqueles que têm o poder de decisão ocorre dentro de uma concepção, mais ampla de regras, papéis, identidades e ideias" (SOUZA, 2003, p.17).

Outros modelos teóricos que auxiliam na compreensão do processo de formulação de políticas públicas são: Modelo de Múltiplos Fluxos e o Modelo de Equilíbrio Pontuado (CAPELLA, 2006).

O modelo Múltiplos Fluxos tem como representante Kingdon que aborda sobre a agenda governamental, que por sua vez é composta pela agenda decisional e a especializada. E ainda, apresenta três fluxos que podem alterar e/ou mudar a agenda governamental: problemas, soluções ou alternativas, política (CAPELLA, 2006).

O primeiro - problema – se configura como construção social e de fato se qualifica como problemática, quando chama atenção dos participantes de um processo decisório, por meio de acontecimentos, como crises, eventos e *feedback* das ações governamentais (CAPELLA, 2006); O segundo por sua vez – soluções ou alternativas – são ideias possíveis e viáveis, com custos toleráveis, e aceitas pelo público e pelos formuladores de políticas. O último fluxo – dimensão da política- segue suas próprias dinâmicas e regras. Aqui Kingdon destaca três elementos primordiais para entender o fluxo político: clima/humor, forças políticas organizadas, mudanças dentro do próprio governo (CAPELLA, 2006).

Além dos fluxos para a “chegada de uma questão na agenda e para a construção de alternativas” (CAPELLA, 2006, p. 32), Kingdon chama atenção para os atores envolvidos nesse processo. Dividido em dois grupos, visível (imprensa mídia, presidente, nomeados pelo presidente, partidos políticos, Poder Legislativo, público e outros) e invisível (comunidade, servidores públicos, acadêmicos, pesquisadores e outros), sendo o primeiro “influente na definição da agenda governamental” (p.32) ao passo que o segundo, influencia na definição de alternativas, ou seja, são atores em “que as ideias são geradas e postas em circulação” (CAPELLA, 2006, p. 32).

Nessa perspectiva, ao analisar a sociedade brasileira, a partir do modelo Múltiplos Fluxos, proposto por Kingdon, observa-se: a preocupação com o ensino superior surgiu a partir de uma problemática social, despertada não somente por grupos locais e/ou pela comunidade científica, mas se estendeu a outras organizações internacionais (evento e/ou crise), que observaram a partir dos resultados públicos (*feedback* das ações governamentais), por meio do Censo da Educação Superior, Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES que revelaram o baixo índice (problema) de algumas Instituições de Ensino Superior.

O Modelo de Equilíbrio Pontuado, proposto por Baumgartner e Jones, procura “explicar de que forma se alternam momentos de rápida mudança e estabilidade, tomando como base dois eixos: estruturas institucionais e processo de agenda-setting” (CAPELLA, 2006, p. 40).

E para compreender esses períodos de estabilidade e mudança, é necessário entender “como uma questão é definida, considerando que esta definição se desenvolve dentro de um contexto institucional que pode favorecer determinadas visões políticas em detrimento de outras” (CAPELLA, 2006, p.40). Para orientar nessa compreensão, os autores criam o conceito de *policy imagem* que se refere “a forma como uma política é compreendida e discutida é sua imagem”. Em outras palavras, quando a imagem de uma política, é amplamente aceito, o monopólio se mantém e tem numeroso apoio, todavia, quando as partes interessadas enxergam de forma diferenciada a referida imagem, acarreta o comprometimento do referido monopólio.

Assim, as *policy imagens* se sustentam a partir das informações e apelos emotivos, por este motivo, a “criação de uma imagem é considerada um componente estratégico na mobilização da atenção do macrossistema em torno de uma de questão”. Isso remete que se a imagem de uma política, no caso a educação superior, for negligenciada pelo governo, “cria-se uma demanda pela intervenção estatal” (CAPELLA, 2006, p.41). Por este motivo é importante explicar os momentos de estabilidade e mudança, no setor político, porque ambos podem estabelecer novas *policy imagens*. E serão as *policy imagens* e seu contexto institucional que direcionarão a pauta e formação da agenda governamental.

Ambos os modelos - Modelo de Múltiplos Fluxos e o Modelo de Equilíbrio Pontuado- direcionam a compreensão sobre a formulação de políticas públicas e o delineamento da *agenda-setting*. O que instiga a pensar o desenho setorial da política pública em educação

e seu impacto no enfrentamento da desigualdade de acesso à educação no Brasil.

Assim, discute-se brevemente, na seção a seguir, como a política pública setorial na educação se configura como estratégia de enfrentamento social.

2.1 Política pública setorial: educação como possibilidade de estratégia de enfrentamento social

A educação é um direito social adquirido e amparado legalmente pela Constituição Federal de 1988, pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.396/1996, pelo Plano Nacional de Educação-PNE, portanto dever do Estado. Mesmo tendo esse respaldo legal, a história da educação é marcada por iniquidade e pela desigualdade ao acesso pela população de baixa renda, menos afortunados oriundos de escolas públicas (ALVAREZ; RADAELLI, 2016).

220

Nesse contexto foram adotadas uma série de medidas estabelecendo diretrizes, por meio de ações governamentais para garantir o acesso à educação superior. Iniciando no Governo de Fernando Henrique Cardoso que contribuiu para a consolidação do projeto e preceitos neoliberais e pelo discurso do capital que "a partir da expansão da educação superior através da rede privada e a ausência de investimentos nas universidades públicas" (ALVAREZ; RADAELLI, 2016, p. 221), se aprofundando no Governo de Lula, que alavancou as reformas, da educação superior, segundo as determinações dos mecanismos governamentais.

Nesse viés, vale pontuar que a implantação das políticas públicas na educação superior, no Brasil, envolve outros interesses além da população em geral, como os dos grupos internacionais, os interesses particulares da classe dominante (BONETI, 2007). Isso nos ajuda a compreender porque, algumas políticas públicas educacionais

foram criadas, cujo benefícios se estenderam ao âmbito público e ao privado, contudo na presente pesquisa, discute-se a criada pelo Governo Federal, que articula ações afirmativas, no campo público, para os grupos socialmente vulneráveis.

Desse modo, inicialmente houve uma expansão de programas que oportunizaram bolsas de estudo, como o PROUNI. Nessa mesma linha o programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES, o REUNI que apoiou a expansão das Universidades Federais, a UAB, programa voltado para promover o acesso à formação universitária, por meio da educação a distância, àquelas pessoas que estão distantes dos centros universitários. Em seguida, mudanças nos processos seletivos, como ENEM, o Sistema de Seleção Unificada-SISU, depois foram às ações afirmativas, como a Lei de Cotas n. 12.711/2012, e paralelamente programas voltados para ajuda estudantil, como por exemplo, em Goiás, a bolsa da Organização das Voluntárias de Goiás – OVG (PEREIRA; SILVA, 2010).

221

Da mesma forma que a elaboração das políticas públicas, bem como, sua execução é recente, é consenso na literatura que, no Brasil, as políticas públicas setoriais, como a educacional, se legitimaram no desenho institucional do Ministério da Educação ao longo da gestão do presidente Lula que “retomou o papel do Estado com agente indutor de políticas para a expansão universitária no país, criando políticas como o ProUni, a UAB e o Reuni, além do aumento da oferta do crédito educativo- FIES” (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 28).

Essas políticas públicas na educação superior são mecanismos que permitem o acesso das pessoas excluídas socialmente, como os negros, indígenas, jovens de baixa renda, e ao possibilitar esse acesso, podem “ser um instrumento capaz de garantir o cumprimento dos direitos fundamentais e a igualdade de tratamento entre os

cidadãos" (SOUZA, 2015, p. 470), portanto, ações afirmativas que possibilitam o acesso à educação pública, de qualidade e gratuita.

Mesmo tendo este caráter de promover a equidade ao acesso à educação superior, as políticas públicas educacionais promovidas pelo Governo Federal sofrem inúmeras críticas, como o estudo realizado por Souza (2015) que pontua o PROUNI como uma política assistencialista e nem se configura um programa para todos, pois a "oferta as vagas sem se preocupar com a permanência dos alunos nas instituições, delegando a função de "cuidar" da permanência e conclusão dos alunos nos cursos oferecidos, às instituições privadas" (SOUZA, 2015, p. 491).

Nesse viés na seção seguinte discute-se, de forma sucinta, o Programa REUNI, entendido como a principal ação, do governo Lula, voltada para expansão da educação superior no Brasil.

2.2 Programa REUNI - uma breve consideração

Como mencionado o REUNI se configura como uma das ações que contemplam o PNE, e foi criado pelo Decreto n. 6.096/2007, implantado em 2008 e vigorou até 2012, e um dos seus objetivos foi "dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE" (BRASIL, 2007a, p. 04). O que direcionou o presente estudo verificar como foi articulada internamente (pela comunidade e unidades acadêmicas) a adesão, da UFG ao REUNI.

O Programa foi estruturado em dois eixos: o de expansão e o de reestruturação, e disposto em seis dimensões: ampliação da oferta de educação superior pública; reestruturação acadêmico-curricular; renovação pedagógica da educação superior; mobilidade intra e

inter-institucional; compromisso social da instituição; suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação (BRASIL, 2007c). As dimensões propostas, pelo REUNI, instigaram, a averiguar como elas ocorreram, no primeiro momento (em 2008) nas dependências acadêmicas da UFG, bem como impactou os cursos de graduação, em especial os cursos ofertados no período noturno, na referida instituição.

O valor de investimento projetado (2008-2011) girou em torno de dois milhões de reais, para os períodos de 2008 a 2011. Para a adesão ao REUNI, em 2008, as IES interessadas elaboraram planos/projetos e encaminharam ao Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças- SIMEC, que após aprovada foi gerado termo de pactuação de metas e de fixação de recursos humanos e financeiros adicionais destinados à universidade. O acompanhamento de execução das metas propostas foi realizado por meio da Plataforma PingIFES (BRASIL, 2007b). Partindo da premissa que a política pública -REUNI- se caracteriza como política de financiamento, portanto determinante (MARTINS, 2010). Esta perspectiva direcionou aferir o investimento destinado a UFG, no primeiro momento (2008) e saber quais unidades acadêmicas foram beneficiadas.

Mesmo sendo uma adesão voluntária, das 54 universidades públicas existentes naquele período, 53 aderiram ao REUNI, em fins de 2007 (SILVA, 2014), em duas chamadas (29/10/2007 e 17/12/2007).

O REUNI pode ser interpretado à luz da administração pública e aos preceitos da Nova Gestão Pública, como um contrato de gestão, "de forma que, nesse tipo de contrato, devem ser estabelecidas metas a serem cumpridas pelo ente administrativo e, em contrapartida, este receberá maior autonomia no desempenho de suas funções" (SIQUEIRA, 2015, p. 39). Em outras palavras, no contrato de gestão estabelece-se um acordo de metas por etapas, em que

as IES precisam cumprir dentro dos prazos estabelecidos. O que impulsionou a verificar, na presente pesquisa, quais foram as metas estabelecidas pela Proposta enviada pela UFG e como a mesma foi recebida pela comunidade acadêmica.

No Relatório de Primeiro Ano do REUNI (2009) evidencia-se que as metas estabelecidas, estavam sendo alicerçadas nesse momento inicial, ou seja: nesse primeiro ano o REUNI demonstrou: número de vagas na graduação presencial aumentou, houve maior oferta nos cursos de graduação (9,7%); a relação aluno por professor atingiu o patamar de 7,8%, houve concurso público para docente e técnico administrativo nas IES participantes; verificou o aumento de obras de infraestrutura; bolsas de assistência ao ensino, nos âmbitos mestrado e doutorado, forma disponibilizadas, enfim, o referido Relatório destaca os impactos promovidos pelo REUNI no primeiro ano de sua implantação. A partir desses dados, conduziu-se a saber o impacto ocorrido, em 2008, pelo Programa no número de vagas, nos novos cursos criados, a relação aluno por professor dentro da UFG.

Apesar dos pontos positivos elencados no referido Relatório, vários estudos mostram que o REUNI promoveu a precarização e a intensificação do trabalho docente, bem como a certificação em larga escala, como os estudos de Lima (2010) que realizou estudo, a partir dos dados disponibilizados, pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior- ANDIFES, nas cinco grandes regiões brasileiras, mostrando o crescimento do número de vagas no curso presencial de Serviço Social, entre os anos de 2006 a 2010. A partir da análise observada Lima (2010) indaga se a ampliação das vagas do número discente corresponde ou é proporcional ao número de docentes? Para responder tal indagação realiza estudo no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Fluminense- UFF.

Segundo Lima (2010, p.263) com a implantação do REUNI, houve aumento das nomeações de professores, "[...], mas não [...] corresponde às necessidades da universidade para responder a expansão de vagas discentes e de cursos de graduação [...] no período de implantação do referido Programa". Ou seja, que mesmo com o crescimento no número de professores nomeados gerados pelo REUNI, se considerar nesse contexto, os docentes que aposentaram, foram exonerados, faleceram e tomaram posses em outros cargos, esse número desaparece, fica inalterado. Acarretando assim, mais trabalho para o docente, visto que suas atividades não se limitam a sala de aula, mas dialoga com a pesquisa e a extensão.

Segundo Lima (2010, p. 265) ao analisar os anos de 2011, o referido curso, contava com 39 docentes efetivos "sendo 35 em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva (DE) e quatro professores em regime de 20 horas. Neste mesmo período, eram 1.086 alunos matriculados, perfazendo um total de um professor para cada 34,38 alunos". O estudo de Lima (2010) provocou saber a leitura/visão do corpo docente e discente, frente a proposta de implantação do Programa na UFG. E verificar se houve ou não impacto, na tríade ensino, pesquisa e extensão, como alertou Lima (2010) ao pontuar sobre a precarização do trabalho docente na UFF.

Outros estudos, como o realizado pelos estudiosos: Mancebo, Vale e Martins (2015) que apresentam uma análise da expansão do ensino superior, entre o período de 1995 a 2010, e ao pontuarem sobre as políticas públicas realizadas neste intervalo de tempo, dentre elas o REUNI, ressaltam que o aumento do número de vagas promovidas por este Programa, nas IES, tende a certificação em massa, que por sua vez é regida por um intenso processo de mercantilização, rebaixamento de custos e intensificação do trabalho docente. Este estudo chamou atenção em saber, se de fato, houve ou não a certificação em massa nos cursos ofertados pela UFG, todavia essa

informação será discutida ao longo do andamento do mestrado, visto que neste momento inicial (2008) as novas vagas estão sendo preenchidas.

Um estudo que analisa o impacto do REUNI no campus Catalão (CAC/UFG), destaca o crescente número de matriculados e de cursos de Graduação, como ressalta Silva (2000): em 2005 o número de matriculados nos cursos existentes, correspondia a 1190, e entre os anos de 2006 a 2011 esse número estendeu para 2936. Os cursos ofertados em 2006 eram sete e em 2011 vinte e um, cursos. No que tange os concursos para docentes, em 2011, houve decréscimo comprometendo diretamente os cursos (no total de vinte um).

Nessa mesma linha investigativa e crítica ao Programa, o estudo de Maciel (2014, p.23) chama atenção para o pouco tempo destinado as Universidades, um período curto para amadurecer a ideia proposta pelo REUNI, além disso, discuti que o Programa deixou de contemplar “elementos para uma continuação da efetiva democratização, que congregue o acesso à permanência e a qualidade de ensino, para todos que queiram cursar o ensino superior público”.

Outro elemento discutido por Maciel (2014, p.36) é o sentido de democratização preconizada pelo Programa que segundo ele, envolve “além da expansão da oferta de vagas, mecanismos de inclusão de minorias sociais na Educação Superior”, ou seja, ofertar vagas para todos não garante, por si só, a democratização ao ensino superior, faz-se necessário “também garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, para o desenvolvimento acadêmico desses discentes”. A análise discutida por Maciel (2014) advertiu em conhecer como foi a articulação da adesão ao REUNI, e também se a democratização foi de fato promovida pelo Programa na UFG, que poderá ser verificada ao término da pesquisa de mestrado em andamento.

Dessa forma, as proposições do REUNI estão longe de tornarem-se consenso entre os pesquisadores e estudiosos científicos. O que direciona a conhecer como se deu a implantação e implementação do REUNI na UFG, assunto que será tratado a seguir.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como mencionado o Programa REUNI ocorreu entre os anos de 2008-2012, e segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2013), o número de Instituições Federal de Ensino Superior- IFES cresceu significativamente: antes, em 1995 era 39 e em 2012 passou para 63.

Considerando este cenário 18 instituições foram criadas com influência direta e indireta do REUNI, dentre elas: Universidade Federal do ABC-UFABC; Universidade Federal de Ciências da Saúde de PA- FUFCSPA; Universidade Federal de Alfenas- UNIVAL; Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD (MACIEL, 2014). Nessa mesma direção, as instituições privadas aumentaram consideravelmente: em 2001 era de 1.391, em 2010 passa para 2.378 (INEP, 2013).

227

A partir deste panorama sucinto sobre o impacto do REUNI nacionalmente, segue-se agora compreender como se deu a implantação deste programa na UFG.

Assim, este tópico contempla o seguinte plano de investigação: levantamento e análise: de documentos oficiais, das Convocações e Atas de Reunião Plenária do CONSUNI realizadas em 2007, ocasião de adesão da UFG ao REUNI, bem como coleta de dados estatísticos junto ao Ministério da Educação e INEP. É importante pontuar que durante a realização deste estudo o pesquisador enfrentou dificuldades na obtenção de dados, tanto qualitativo quanto quantitativo, o que impidiu uma análise mais pormenorizada do

processo de implantação e implementação, em 2008, do REUNI na UFG.

3.1 Implantação e implementação (2008) do Reuni na UFG

A UFG é uma instituição federal vinculada ao MEC, ela foi criada em 1960, pela Lei n. 3.834C, restruturada pelo Decreto n. 63.817/1968. Possui dois Campus (I e II); 24 unidades acadêmicas; seis Campi avançados (em Catalão, Jataí, Cidade de Goiás, Firminópolis e Rialma); 28 departamentos (OLIVEIRA, 2000). E até final de 1999 ofertava cursos exclusivamente presenciais, mas a partir de 2000 começa a oferecer cursos na modalidade a distância, que se intensificaram a partir de 2007, com recursos provenientes da UAB (FARIA, 2011).

Isso ocorreu em função do contexto socioeconômico cultural que vivenciou o Brasil na década de 1990, como a globalização, as práticas neoliberais, a influência de mecanismos internacionais e multilaterais, a LDB/1996, o processo de reestruturação produtiva do capital, a nova forma de gestão e financiamento público, a Reforma do Estado, escassez de recursos orçamentários (custeos, convênios, serviços e manutenção), PNE (2001-2010) e outros elementos, que passaram a exigir uma nova configuração (inclusão e democratização) da educação superior brasileira (OLIVEIRA, 2000).

E é em função desta realidade que, o governo federal intensifica, a partir de 2003, ações de gestão pública, pautadas em elaborar e implementar políticas públicas no ensino superior, numa perspectiva de aumentar o número de vagas e acesso ao ensino superior no Brasil, e dentre elas, destacam-se: Programa Universidade para Todos (PROUNI), Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Reestruturação e Expansão da Rede Pública Federal (REUNI), e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (PEREIRA; SILVA, 2010)

Nesse viés, a UFG aderiu ao REUNI já na primeira chamada (em 27/10/2007) para a implementação do Programa no primeiro semestre de 2008, e foi aprovado na integra pelo MEC em 27/11/2017. A implantação do REUNI na UFG ocorreu na gestão, do Reitor Edward Madureira Brasil, e articulada de forma coletiva, por meio de seminários, convocações e reuniões, nos campis de Goiânia, Catalão e Jataí, e marcada por conflitos ideológicos, como o manifesto da unidade acadêmica da Faculdade de Educação-FE e grupos de estudantis da IES que ocuparam a Reitoria com a finalidade de solicitar mais tempo para discussão e debate sobre o referido Programa.

Nos documentos visitados (Convocações e respectivas Atas) para compreender como o período de transição do REUNI na UFG, observou-se que: A Comissão instituída pelo Conselho Universitário-CONSUNI, designada pela Portaria nº 1461, de 13/07/2007, responsável para realizar estudo sobre o REUNI na UFG foi formada por nove membros, todos docentes: Conselheira e Presidente e demais membros das Unidades Acadêmicas. O papel desta comissão foi buscar subsídios e alternativas, com vistas à elaboração da proposta final da UFG para o REUNI.

As Convocações, no total de cinco, foram realizadas no auditório da biblioteca Central do campus Samambaia, Goiânia GO, exceto a última, ocorrida em vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e sete, às 8 horas, realizada no Auditório do Prédio da Justiça Federal, em Goiânia-Goiás. Ocasião que foi feita a votação final de adesão ao Programa.

Mesmo com alguns percalços a adesão da UFG ao REUNI, ocorreu em 25 de outubro de 2007, com 46 votos a favor e 03 contrários. Os recursos financeiros aplicados pelo REUNI, entre os anos de 2008 a 2012, na UFG, giraram em torno de R\$ 216.585.646,82,

paralelamente foi previsto a contratação de 482 docentes e 300 servidores administrativos (CASTRO, 2013).

E quando se analisa o Projeto Institucional encaminhado ao REUNI, dentre as metas previstas pela UFG destacam-se a ampliação do acesso, ou seja, “a criação de 29 cursos e a abertura de 22 turmas nas já existentes, que irão oferecer cerca de 11.000 novas matrículas no decorrer dos próximos cinco anos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2008a, p. 11). E a realização de “concursos públicos para a contratação de aproximadamente 500 docentes e 300 servidores técnico-administrativos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2008a, p. 25). E ainda, “Disponibilizar mais de 2,5 mil vagas na graduação até o ano de 2012, com a criação de 29 novos cursos e a abertura de novas turmas já existentes. [...] expandir em 50% seus cursos de mestrado e doutorado” (CASTRO, 2013, p. 81). Bem como, o compromisso social firmado pela IES, ao propor “aumentar para 200 o número de bolsistas até 2012 e atender 5.900.000 pessoas” (CASTRO, 2013, p. 106).

230

Mesmo com uma proposta pautada na democratização ao ensino superior, a implantação do REUNI é analisada a luz de vários questionamentos (positivos e negativos) dentro da própria UFG, dentre eles, apresenta-se a seguir: a visão de algumas unidades acadêmicas, a postura do Diretório Central dos Estudantes, a leitura de estudantes da IES, essas contribuições são válidas, pois mostram como foi instituído o referido Programa, a partir de várias vertentes, e elucida como esse se deu esse mecanismo de instauração.

O excerto escrito pela Faculdade de Educação/UFG mostra que a referida Unidade Acadêmica se posiciona contrário a proposta do Programa, ao pontuar o fundamento quantitativo como princípio norteador do mesmo, e ainda, ressalta que “[...] dificilmente as universidades não vão aderir, porque acena com recursos financeiros

para as instituições adesistas, apesar de o mesmo decreto reafirmar, paradoxalmente, o princípio da autonomia universitária" (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2007, p. 03). Portanto, ações elaboradas à luz do mercado, engessadas o princípio da oferta e da procura. E ao final do documento afirma que "REUNI não traz a concepção, os princípios e os parâmetros necessários à construção de um sistema nacional de educação superior que tenha a universidade pública, autônoma e de qualidade" (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2007, p. 06).

Outro texto foi o elaborado pela Faculdade de Educação Física, que enfatiza que aderir ao Programa não significa oportunismo econômico e interesse de mercado, bem como, alerta para da questão do trabalho docente, e destaca o peso do financiamento proposto pelo Programa "[...] face à miséria existente hoje nas Instituições Públicas, determinará a obrigatoriedade de entrada da maioria das Universidades. Portanto, sob a falácia da adesão voluntária e da livre opção democrática está a coerção, a discriminação e o ataque desleal ao sistema federal de ensino especialmente sobre a autonomia universitária" (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2017, p. 04), faz severas críticas a graduação em bacharel, e no final se posicionam a favor a adesão "tal iniciativa nos provoca e estimula a participar do processo com todos os riscos que ele apresenta e/ou pode desencadear, pois somente assim estaremos fazendo e pensando o verdadeiro sentido do que seria uma Universidade" (FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2017, p. 06)

Outro documento que ajuda a compreender o processo de implantação do REUNI na UFG, foi elaborado pelo DCE, Gestão Unidade e Ação. Neste documento ressalta que: reconhecem a dificuldades enfrentadas pela Universidade, aponta as fragilidades (número de alunos nas graduações e pós-graduações, nas limitadas bolsas de estudo, etc.), mas se posicionam na questão da qualidade, e no tripé pesquisa, ensino e extensão, bem como a autonomia das

Unidades Acadêmicas (DIRETORIO CENTRAL DE ESTUDANTES, 2007), sendo, portanto, contrários a adesão.

Por fim, visitou-se o Relatório de Gestão de 2008, para analisar como ocorreu a implementação do REUNI em 2008 na UFG que apresentou em seu projeto “a criação de 29 cursos novos, a ampliação de 2.882 vagas ofertadas no processo seletivo e a contratação de 482 docentes e 300 técnico-administrativos, no período de 2008 – 2012” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2008, p. 17).

No que se refere aos investimentos, o Relatório em Gestão, menciona de forma geral, que o montante total aprovado de R\$ 11.493.987,37 “para investimentos em obras e aquisição de equipamentos. Parte destes recursos (R\$ 5.622.140,00) foram repassados à UFG no final de 2007 e o restante (R\$ 5.871.845,30), constaram do orçamento de 2008” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS, 2008, p. 08).

- 232 Esse recurso foi direcionado para: a construção de bloco de salas de aula e a construção de moradia estudantil; compra de equipamentos para o Centro de Recurso Computacionais da UFG – CERCOMP e para as Unidades Acadêmicas da UFG. Bem como para a finalização das obras Campus de Catalão e Jataí (salas de aulas, laboratórios, piscinas e quadra coberta, com inauguração prevista para março/2009). E por fim, com obras, de infraestrutura executadas na construção da Casa do Estudante, novos blocos de salas de aulas no Campus Samambaia e no Campus Colemar Natal e Silva (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS, 2008). Esses dados observados revelam que a UFG, construía paulatinamente, a partir de melhoria na estrutura física, condições para ampliar o acesso e possibilitar a permanência do aluno de Graduação na instituição. Bem como reforçava o programa de assistência estudantil, um elemento fundamental para atender, uma das metas, relacionada ao compromisso social da Instituição.

Ainda nesta linha, o Relatório analisado destaca o número de nomeações, no total de 37 servidores técnico administrativo. Mas, não menciona se houve ou não a contratação de docente, talvez pelas dificuldades do Departamento Pessoal-DP em contabilizar tais dados, pois o mesmo contava “com número reduzido de servidores, situação agravada com a implantação do REUNI pelo Ministério da Educação, que abriu novas vagas para professores e servidores administrativo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS, 2008, p. 185).

Em relação ao aumento de vagas, o Relatório de Gestão, destaca o aumento de 1.211 vagas oferecidas em 2008 e consequentemente um incremento no número de matriculados em 2009. Mas, não salienta se será a partir dos cursos existentes ou em novos cursos a serem criados, nem informa se essas vagas serão oferecidas, no período noturno, como sugere o Programa.

Em relação aos novos cursos criados, o Relatório de 2008, menciona apenas criação de dois cursos: de Direito e Engenharia Ambiental, ambos em Jataí/GO. O que sinaliza a interiorização, ou seja, a descentralização de oferta de vagas públicas no ensino superior (MACIEL, 2014), bem como a oportunidade daqueles que moram distante dos centros urbanos, porém chama a atenção para a possibilidade de certificação em massa, como nos advertiu os estudiosos Mancebo, Vale e Martins (2015). Paralelamente enfatiza a preocupação sobre a estruturação das matrizes curriculares dos cursos que seriam implantados em 2009. Mas, não especifica que cursos serão.

233

Outro dado observado no documento em questão, foi a transformação do Campus Catalão como Unidade da UFG, atendendo as políticas de extensão universitária exaltada pelo Programa.

Os dados observados acima revelam as mudanças ocorridas (modificações na estrutura física, criação de campi novo, os

investimentos na compra de equipamentos e infraestrutura e etc.) na Universidade, sinalizando que a IES caminha para atender as metas previstas pelo Programa, notadamente alavancar qualitativamente o número de vagas no ensino superior. Isso pode ser confirmado não somente pelo número de vagas ofertadas, como também com a interiorização do ensino superior, ou seja, a criação de um novo campi.

Outro elemento constado no Relatório de Gestão de 2008 foi a ausência de menção ao concurso para docente (apesar o DP, mencionar as novas vagas para professor) o que é de estranhar, pois houve criação de novas vagas para a graduação e a realização de concurso para técnico administrativo. Todavia, em busca de confirmar esse dado, examinou-se o Sistema de Concursos da UFG, em 2008, e foi localizado a publicação de 34 editais para professor efetivo (campis de Goiânia, Jataí e Catalão), totalizando em torno de 250 vagas para docentes.

Mesmo com a ocorrência dos referidos concursos e certamente as respectivas nomeações, de certa forma, sugere-se, inicialmente, a precarização do trabalho docente, já que a média entre aluno de graduação e professor, aumentou e consequentemente refletirá diretamente na indissociável tríade ensino, pesquisa e extensão (LIMA, 2010). Essa realidade nos arrisca a refletir: por que as políticas públicas no Brasil se implementam de trás para frente? Porque o correto seria, organizar a “casa”, ou seja, melhorar a infraestrutura, realizar concursos **públicos** para docente e técnico administrativo, promover mudanças pedagógicas e curriculares nos cursos, e por último, aumentar o número de vagas oferecidas aos cursos de graduação.

No que tange aos recursos advindos do REUNI, em 2008, percebe-se mudanças significativas ocorridas no espaço físico e visual da IES,

com a construção de salas de aula, o que fomenta “reflexões sobre o quotidiano da instituição e mudanças da cultura organizacional” (CASTRO, 2013, p.93). E com a construção de moradia estudantil que pode ser um indicador que revela ações estratégicas de condições de incluir e garantir a permanência do discente oriundo de escolas públicas, morador de outras localidades. Porém, há de considerar, neste contexto, se de fato, este espaço físico construído foi destinado aos ingressantes do REUNI, ou àqueles que possivelmente estavam numa lista de espera, pela moradia estudantil.

Outro elemento que chamou atenção foi a criação de dois cursos de graduação (Direito e Engenharia Ambiental), no campi Jataí/GO., que sinaliza a interiorização, ou seja, a descentralização de oferta de vagas públicas no ensino superior (MACIEL, 2014), bem como a oportunidade daqueles que moram distante dos centros urbanos, porém chama a atenção para a possibilidade de certificação em massa, como nos advertiu os estudiosos Mancebo, Vale e Martins (2015).

235

Assim, a partir dos dados analisados evidencia-se que a implementação do REUNI na UFG atendeu ao que foi planejado, ou seja, as metas estabelecidas para o ano de 2008 foram contempladas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou como se deu o processo de implementação do Programa REUNI na UFG, em 2008. Revelou ainda o impacto inicial no que tange a criação de novos cursos, novo campi e o número de vagas ofertadas nos cursos de graduação. Bem como evidenciou que, as metas estabelecidas pela proposta apresentada pela IES ao Programa, foram cumpridas.

Dessa forma, esta etapa inicial revelou que a política setorial de educação, alterou significativamente as instâncias institucionais da

UFG, desde a criação de novos cursos, a construção de novos espaços físicos, a criação do novo campi em Catalão, a contratação pessoal (docente e TAE) que conjuntamente representaram democratização de acesso e qualidade ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Adrian; RADAELLI, Andressa Benvenutti. Políticas da educação superior no Brasil (2003-2010): democratização ou expansão? **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.46, p., jan./ jun. 2016. Disponível em: <file:///F:/A%20PENDRIVE%2015-03/000-IOLENE%20DIVERSOS/2017%20OSMAR/TEXTO%20REUNI%20ALVAREZ.pdf>. Acesso em 18 jan.2018.
- ARRETCHE, Marta T.S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009. p. 29-39.
- BONETI, Lindomar W. **Educação, exclusão e Cidadania**. 4 Ed. Ijuí: Unijui, 2007
- 236
- BRASIL, **Decreto nº 6.096** de 24 de abril de 2007c. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 15/07/2012.
- _____. **Diretrizes Gerais**: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007a. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf> > Acesso em: 01 out. 2017.
- _____. Ministério da Educação (MEC). **Reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI)**. Diretrizes gerais. Ago. 2007b. In: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>> Acesso em: jan. 2014
- _____. **Plano Nacional de Educação de 2014 – 2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional

de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Bib**, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 1º semestre 2006.

CASTRO, Ana Caruline de Souza. **A democratização do acesso ao ensino superior pelo reuni no estado de Goiás**, 2013. 184 fl. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, 2013.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES. **Em defesa da expansão responsável da Universidade Federal de Goiás**, 2007.

Disponível em <https://www.ufg.br/up/1/o/Reuni-proposta-DCE.pdf>. Acesso em 25 jan.2018.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO. **A Faculdade de Educação e o REUNI**. 2007. Disponível em <https://www.ufg.br/up/1/o/Reuni-doc-FE.pdf>. Acesso em 25 jan.2018.

FARIA, Juliana Guimarães. **Gestão e organização da educação a distância em universidade pública: um estudo sobre a universidade federal de Goiás**. Tese de doutorado, 2011. https://ppge.fe.ufg.br/up/6/o/TESE_JULIANA.pdf?1335454275%20%20

237

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 258-267, jul./dez. 2013.

LOPES, Odiberto de Souza. **O REUNI como política pública de expansão da educação superior na perspectiva de estudantes universitários do Campus Palmas-UFT**.

Dissertação de Mestrado. 2015. Universidade Federal de Palmas. 100fl.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 18 jan.2018.

MACIEL, Danilo Alain Simões. **Políticas públicas e democratização educacional:** Acesso e Permanência no Ensino Superior através do Programa REUNI. Dissertação de Mestrado. 2014. Universidade Federal da Bahia, 119fl.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **RBPAE**, v. 26, n. 3, p. 497-514, set.-dez. 2010.

OLIVEIRA, João Pereira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das Universidades Federais:** o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG). 2000. 210fl. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

238 PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul.-dez. 2010. Disponível em <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1117.pdf> . Acesso em 20 nov.2017.

SILVA, Maria José da. **A Expansão das Universidades Federais e a Vocação Regional:** Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás. 2000. Disponível em http://www.diagramaeditorial.com.br/universitas/trabalhos/_zpages/_trabalhos/eixo4/maria_jose_da_silva.pdf. Acesso em 23 jan.2018.

SILVA, Aurélio Ferreira da. **O REUNI entre a expansão e a reestruturação:** uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2014.

SIQUEIRA, Juliana Soares. **Eficiência das universidades públicas federais brasileiras:** um estudo com foco no projeto

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL:

a implantação e a implementação do programa Reuni em 2008 na UFG

REUNI. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa, 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul.-dez. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura.

Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Mariana Leal de Souza. **Política pública de acesso ao Ensino Superior**: Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em http://pos.unifacef.com.br/_livros/Vanguarda_Conhecimento/Artigos/Mariana_Leal_de_Souza.pdf. Acesso em 18 jan.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Relatório de gestão do exercício de 2008**. Pró-reitora de Administração e Finanças Goiânia, 2008. Disponível em <<https://www.proad.ufg.br/p/16893-gestao-orcamentaria-relatorios-de-gestao>>. Acesso 01 nov.2017.

_____. **UFG afirmativa**. Expansão de qualidade, 2008. Disponível em <https://www.ufg.br/up/1/o/UFG_Afirmativa_1_low.pdf>. Acesso 30 jan.2018.

239